

Controle de documentos

Sistema SAJ - Conveniado

Sistema SAJ - Conveniado

Consulta processos - Processo

Sistema CNJ (Processo Judicial

← → ↺

⚠ Não seguro

projudi.tpijus.br/projudi/movimentacao/Peticionar

☆

🔒

🔍

⌵

⌵

⌵

⌵

Apps

Processo Virtual Na...

Administrativos

Portal do Advogado

Google

Nova guia

Meu INSS

[bb.com.br]

Zimbra: Movimenta...

P/E 1º

Publicações

PROJUDI

Processo Judicial Digital

CNJ

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sua sessão expira em: 29 Minutos 47 Segundos

Página Inicial

Ações de 1º Grau

Ações de 2º Grau

Intimações

Audiências

Sessões 2º Grau

Buscas para Peticionar

Estatísticas

Outros

Sair do Sistema

STATUS DO PROCESSO

✓ Sucesso:

• Documento(s) foram inseridos com sucesso! CÓDIGO DO PROTOCOLO:18921747 - 8 de Julho de 2020 às 10:39:49

Processo nº 0010359-10.2019.815.0117 (319 dias em tramitação)

Proc. Dependentes

Recursos Originários/Ações Autônomas

Juiz:

O Próprio

Assunto:

JECQ de Valença Juiz: FRANCO MORETTE FELICIO DE AZEVEDO

Indenização por Dano Material « Responsabilidade do Fornecedor « DIREITO DO CONSUMIDOR

Complementares:

Processamento do Juizado Especial Cível « Procedimento de Conhecimento « Processo de Conhecimento « PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

Classe:

Processamento do Juizado Especial Cível « Procedimento de Conhecimento « PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

Segredo de Justiça

NAO

Fase Processual:

CONHECIMENTO

Situação:

Valor da Causa:

R\$ 13.500,00

Cartório Extrajudicial:

Objeto

Objeto NÃO CADASTRADO

Data de Distribuição

23 de Agosto de 2019 às 10:52:19

Último Evento

Juntada de Petição de Petição

Prioridade

1 jun

Prazos Para certificar em Vara

0 intimações

0 cumprimentos do cartório

Petições P/ Analisar:

INEXISTENTE

Destacar movimentações realizadas por:

☐ Magistrados

☐ Secretaria

☒ Advogados

☐ Ministério Público

☐ Cartórios Extrajudiciais

☐ Turma Recursal

☐ Outros

Navegar pelo Processo

☐ Nº

Eventos do Processo

Data

Perfil

Movimentado por

Arquivos/Observação

☒ 42

Juntada de Petição de Petição

Ass.: EDNAN SOARES COUTINHO

Data inclusão: 08/07/2020 10:39

08/07/2020 10:39

Advogado

HERISON HELDER PORTELA PINTO

2643331_PETICAO_DE_PROVAS_01.pdf

☐ 41

Intimação (Idosa)

(Por ANTONIO BAIANO DA SILVA teve sua leitura registrada automaticamente pelo sistema, por ter se passado o período máximo de tempo, de 10 dias, para leitura voluntária do destinatário, sem que este o tenha feito.) em 06/07/20 (Referente ao evento Mero expediente(25/06/20)

07/07/2020 00:38

Administrador do Sistema

SISTEMA CNJ

☐ 40

Intimação (Idosa)

(Por HERISON HELDER PORTELA PINTO) em 06/07/20 (Referente ao evento Mero expediente(25/06/20)

06/07/2020 15:12

Advogado

HERISON HELDER PORTELA PINTO

☐ 39

Intimação expedida(a)

(Por JUIZ DE DIREITO) em 25/06/20 (Referente ao evento Mero expediente(25/06/20)

25/06/2020 17:01

Juiz de Direito

FRANCO MORETTE FELICIO DE AZEVEDO

PT

10:40

08/07/2020



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE VALENCA DO PIAUI/PI

PROCESSO: 00103591020198180117

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTENOR BAIANO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Ocorre que a parte autora não juntou aos autos laudo pericial elaborado pelo Instituto Médico Legal com a devida graduação das supostas lesões sofridas, conforme exige a Lei 11.945/09 e Súmula 474, STJ.

Assim sendo, ante a ausência de graduação da alegada invalidez, questão controversa que ensejou a presente lide, requer a Ré **que o Juízo nomeie Perito Médico do IML ou outro órgão público, para a realização da perícia na parte autora, a fim de atestar a invalidez alegada, bem como quantificar a lesão de acordo com a Lei 11.945/09, e Súmula 474, STJ.**

Tendo em vista se tratar de prova constitutiva do direito autoral, em caso de impossibilidade da produção do referido laudo pericial pelo IML, deve o exame ser custeado pela parte autora por força do artigo 373, I do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

VALENCA DO PIAUI, 7 de julho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI